

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR AS CAUSAS, RAZÕES, CONSEQUÊNCIAS, CUSTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA VIOLÊNCIA, MORTE E DESAPARECIMENTO DE JOVENS NEGROS E POBRES NO BRASIL.

**Requerimento de Convocação e Convite
(Do Senhor Roberto Alves)**

Requer a convocação dos Senhores Jorge Elias Ferreira Cheim e Neovalto Candido de Souza para prestarem esclarecimentos perante a Comissão Parlamentar de Inquérito. E convidados os senhores, Diogo Luiz Barreira, Vilmar Souza Costa, Ursula Catarina Fernandes Siqueira Pinto e conselheiros tutelares do município de Cavalcante para audiência pública para debater medidas de proteção a crianças e jovens Kalungas no município.

Nos termos do art. 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a convocação dos Senhores **JORGE ELIAS FERREIRA CHEIM**, vereador do município de Cavalcante, GO E **NEOVALTO CÂNDIDO DE SOUZA**, ex-vereador e assessor da Câmara Municipal de Cavalcante, para esclarecimento de denúncias atribuídas pela Polícia Civil goiana de exploração sexual infantil de meninas Kalungas.

E convidados, na qualidade de testemunhas, o senhor **DIOGO LUIZ BARREIRA**, delegado de Alto Paraíso e Cavalcante, o senhor **VILMAR SOUZA COSTA**, presidente da Associação Quilombo Kalunga, a senhora **ÚRSULA CATARINA FERNANDES SIQUEIRA PINTO**, promotora de Justiça,

em Cavalcante e os **REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR** do município de Cavalcante.

JUSTIFICAÇÃO

O referido requerimento de convocação tem como objetivo ouvir os acusados pela Polícia Civil de Goiás de exploração sexual infantil de meninas kalungas na cidade goiana de Cavalcante e em audiência pública as testemunhas acima mencionadas para apurar o que o Poder Público local tem feito para proteger crianças e jovens negras no município.

Denúncias publicadas por diversos jornais, entre eles o Correio Braziliense apontam inquéritos concluídos, pela Polícia Civil goiana que denunciam o uso de meninas calungas como escravas sexuais. As vítimas, entre 10 e 14 anos, têm como algozes homens brancos e poderosos de Cavalcante que embora com prisões requeridas, os mesmo se encontram em liberdade pela demora da justiça local.

Sala da Comissão, 14 de abril de 2015.

Deputado Roberto Alves
PRB/SP